



RGENTE

DIRLEG-AL Fis. Of

# ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

A Publicação e posteriormente à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em 23, 15 12023

PROJETO DE LEI № , DE ABRIL DE 2023.

233

APROVADO A URGÊNCIA
Conforme art. 186 do R. I.
Palmas, 23 1 151 1 2003

Torna obrigatória, no âmbito do estado do Tocantins, a afixação de cartaz nas repartições públicas dos órgãos estaduais, terminais rodoviários e em ônibus coletivos alertando sobre o crime de importunação sexual e dá outras providências.

#### A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS, decreta:

Art. 1°Fica determinado que as repartições públicas estaduais, os terminais rodoviários e os ônibus do transporte público coletivo de passageiros no estado de Tocantins devem afixar cartaz alertando sobre o crime de importunação sexual.

Art. 2° O cartaz deve conter a transcrição do art. 215-A do Código Penal Brasileiro, incluído pela Lei Federal n° 13.718, de 24 de setembro de 2018, com o seguinte texto: "Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro é crime. Pena de reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave (art. 215-A do Código Penal Brasileiro)".

Art. 3º O cartaz deve ser afixado em local visível ao público com as especificações definidas por regulamento exarado pelo Poder Executivo estadual, observando as seguintes orientações:

- I possuir dimensões equivalentes a de uma folha de papel A4; e
- II ser grafado em fonte Arial e tamanho não inferior a 24.

Art. 4º As empresas que desobedecerem às exigências contidas nesta Lei estarão sujeitas às penalidades regulamentadas pelo Poder Executivo estadual.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, ESTADO DO TOCANTINS, aos 22 dias do mês de maio de 2023.

Deputado Estadual-PL





# ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

#### **JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de Lei tem por finalidade dar conhecimento à população da recente alteração legal, que criou o art. 215-A do Código Penal Brasileiro, tipificando a importunação sexual como crime, a fim de dar publicidade desse dispositivo legal aos atores em potencial e, sobretudo às vítimas para que busquem seus direitos.

Considerando-se que a informação constitui uma das principais ferramentas de prevenção, a medida, antes de mais dada, prevenirá a população sobre a mudança de perspectiva quanto a um tipo de comportamento consagrado pela masculinidade tóxica, mas que, na verdade, não passa de uma violência contra a mulher.

Diante do exposto, solicito a aprovação do Projeto de Lei pelos Nobres Colegas Deputados.

SALA DAS SESSÕES, ESTADO DO TOCANTINS, aos 22 dias do mês de maio de 2023.

Deputado Estadual-PL

W

Imprimir





Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins de Palmas - TO Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

### RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

Código do Documento: P03be0c9ae248f255f51ffdbb5e1160c7K8968

Tipo de Proposição: Projeto de Lei da Casa

Autor: ALDAIR COSTA GIPÃO

Enviada por: ALDAIR COSTA SOUSA (dep.gipao.sousa)

Descrição: Torna obrigatória, no âmbito do estado do Tocantins, a afixação de cartaz nas repartições públicas dos órgãos estaduais, terminais rodoviários e em ônibus coletivos alertando sobre o crime de importunação sexual e dá outras providências.

Data de Envio: 22/05/2023 16:58:48

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

ALDAIR COSTA GIPÃO

